

FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: APROXIMAÇÕES E DESAFIOS

Ana Maria Pereira Puton*

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

<https://orcid.org/0000-0001-5313-377X>

Odilon Luiz Poli**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

<http://orcid.org/0000-0001-9036-1296>

RESUMO

A Economia Solidária (Ecosol) e a Educação Popular, articuladas, se fortalecem. O estudo aborda a importância da Educação Popular na consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Teve como *locus* dois EES de Chapecó (SC). As informações geradas a partir de histórias de vida de integrantes dos EES e entrevistas com educadores populares indicam que as práticas de Educação Popular foram fundamentais para a viabilização dos empreendimentos. E estes promoveram avanços nas condições e vida dos sujeitos. Contudo, esses processos educativos não ocorreram sem contradições e dificuldades, incluindo a resistência em participar, o que pode ser fator de fragilização das experiências no que tange a sua continuidade, na perspectiva da Ecosol.

Palavras-chave: educação popular; economia solidária; empreendimentos econômicos solidários (EES).

ABSTRACT

FORMATION IN SOLIDARITY ECONOMY AND POPULAR EDUCATION: APPROXIMATIONS AND CHALLENGES

Solidary Economy (Ecosol) and Popular Education, in junction, strengthen each other. The study approaches the importance of Popular Education in the consolidation of Economic and Solidary Enterprises (EES). It has had as its *locus* two EES from Chapecó (SC). Data generated from the life stories of EES members and interviews with popular educators suggest that popular education practices were fundamental for the viability of the enterprises. Besides, these have promoted advances in the conditions of the subjects' lives. However, these educational processes did not occur without contradictions and difficulties, including the resistance to participate, which might be a factor of fragility of the

* Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó; pesquisadora do grupo de pesquisa Formação de Professores, Currículo e Prática Pedagógica da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, Santa Catarina, Brasil. E-mail: <anampp@unochapeco.edu.br>.

** Doutor em Educação pela UNICAMP; professor do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Chapecó, Santa Catarina, Brasil. E-mail: <odilon@unochapeco.edu.br>.

experiences concerning their continuity, in the perspective of Ecosol.

Keywords: popular education; solidary economy; economic; solidary enterprises (EES).

RESUMEN

FORMACIÓN EN ECONOMÍA SOLIDARIA Y EDUCACIÓN POPULAR: APROXIMACIONES Y DESAFÍOS

La Economía Solidaria (Ecosol) y la Educación Popular, articuladas, se fortalecen. El estudio aborda la importancia de la Educación Popular en la consolidación de Emprendimientos Económicos Solidarios (EES). Tuvo como locus dos EES de Chapecó (SC). Los datos generados a partir de historias de vida de integrantes de los EES y entrevistas con educadores populares indican que las prácticas de Educación Popular fueron fundamentales para la viabilización de los emprendimientos. Y estos promovieron avances en las condiciones y vida de los sujetos. Sin embargo, esos procesos educativos no ocurrieron sin contradicciones y dificultades, incluyendo la resistencia en participar, lo que puede ser factor de fragilización de las experiencias en lo que respecta a su continuidad, en la perspectiva de Ecosol.

Palabras clave: educación popular; economía solidaria; emprendimientos económicos solidarios (EES).

Introdução¹

A Economia Solidária (Ecosol) é um fenômeno antigo, que trata de um modelo de organização econômica e social que se baseia em princípios como a cooperação, a solidariedade e a auto-gestão. Designa uma forma organizativa e um movimento social que, ao longo das duas últimas décadas, vem apresentando possibilidades de melhoria de renda e qualidade de vida aos seus participantes. Embora, recentemente, tenha se fragilizado pela perda de apoio institucional e corte de recursos públicos voltados à concretização dos seus objetivos, a Ecosol ainda pode ser vista como alternativa para a crise econômica e social atual, pautada na construção de uma organização social e econômica focada na equidade e no bem-estar coletivo.

Refere-se a um movimento que se fortalece com processos formativos, planejados e organizados em torno dos princípios e práticas da Educação Popular, a qual se preocupa

com a transformação crítica e libertadora dos sujeitos. Um dos aspectos essenciais ao desenvolvimento da Ecosol são os processos formativos pautados em metodologias que contribuem para uma educação crítica, focada na conscientização, compreendida, aqui, no sentido que lhe é atribuído por Freire (1982, 1987), a qual envolve a superação da consciência ingênua e a resignificação da realidade, a partir da compreensão das correlações causais e circunstanciais dos fatos.

No contexto da Ecosol, o objetivo das práticas formativas é viabilizar o processo de conscientização, bem como contribuir para que os princípios e os valores da Ecosol sejam compreendidos, vivenciados e desenvolvidos nas ações coletivas dos grupos que, assim, desejam se relacionar, não somente no movimento da Ecosol, mas na sociedade como um todo.

Por outro lado, as próprias práticas do movimento são compreendidas como formativas, pois envolvem uma estrutura organizativa que alia saberes, conhecimentos, ações coletivas e

¹ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da Unochapeco, através da Plataforma Brasil sob o CAAE 36286420.0.0000.0116.

trocas direcionadas para o fortalecimento das propostas e dos sujeitos que compõem os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A literatura consultada indica que a Educação Popular tem sido essencial nesse processo, por ser uma proposta que se relaciona com os valores e princípios da Ecosol, como o compartilhamento dos conhecimentos, o desenvolvimento da autonomia, a autogestão e a promoção de uma “leitura de mundo mais crítica” (Freire, 1996, p. 165).

A Educação Popular surgiu de experiências de alfabetização realizadas por Paulo Freire com grupos de adultos, oriundos de camadas populares marginalizadas, num período em que a educação por cartilhas atendia à demanda da alfabetização funcional. A proposta freiriana foi ousada ao pôr em prática um método de alfabetização rápida, de participação coletiva, utilizando poucos recursos materiais, mas que possibilitava aos sujeitos envolvidos uma visão mais crítica frente a sua realidade e uma postura de maior autonomia no contexto das relações sociais. Paulo Freire defendeu e difundiu a ideia de que a educação deve ser um ato político libertador e deve servir para atender os sujeitos, contribuindo para a sua emancipação (Gadotti, 2014).

Nesse sentido, Educação Popular e Ecosol se alinham e se articulam com objetivos e propósitos que ressaltam o desenvolvimento integral dos sujeitos, buscando a superação de sua condição de marginalidade. Portanto, a Educação Popular faz parte das estratégias utilizadas pelo movimento da Ecosol e pelas entidades que desenvolvem as ações formativas junto aos grupos que participam de iniciativas de Economia Solidária.

Dentre os elementos aglutinadores do movimento da Ecosol, estão as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que têm por objetivo serem espaços de formação e capacitação para o público da Economia Solidária. Junto com outras entidades de apoio, compõem o rol de atores que promovem fortalecimento dos grupos dentro do movimento.

Organizadas em rede, são espaços constituídos dentro das Universidades com o objetivo de integrar as forças (sujeitos e conhecimentos) de diferentes áreas. Buscam produzir e/ou adaptar, numa linguagem acessível aos grupos populares, saberes e conhecimentos disponíveis nos espaços acadêmicos, bem como práticas educativas que atendam às necessidades dos grupos de Economia Solidária.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unochapecó (ITCP-Unochapecó), criada em 2002, integrada à Rede de ITCP, atuou durante 16 anos com diversos grupos de Economia Solidária, na perspectiva da Educação Popular, buscando o desenvolvimento econômico e formativos dos sujeitos envolvidos.

Considerando esse contexto, o presente estudo teve como objetivo compreender a importância da Educação Popular na consolidação dos EES assessorados pela ITCP-Unochapecó, na cidade de Chapecó (SC), no início dos anos 2000. A importância deste estudo reside, especialmente, na possibilidade de compreensão dos meandros dos processos formativos desenvolvidos na trajetória de consolidação desses EES.

A pesquisa desenvolvida integrou um estudo mais amplo sobre Educação Popular e Economia Solidária, realizada para fins de produção de dissertação², a qual se voltou a caracterizar a visão sobre a Economia Solidária entre os participantes de EES, apoiados pela ITCP-Unochapecó e que tenham participado dos processos de formação sobre a Ecosol promovidos pela incubadora.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, a qual busca captar significados, motivos, aspirações e valores envolvidos em relações sociais, processos e/

2 PUTON, Ana Maria Pereira. Economia solidária e educação popular no Oeste de Santa Catarina. Chapecó, SC: 2021.179 f.: il. Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó.

ou fenômeno que não podem ser reduzidos a variáveis operacionais (Minayo, 2012).

A pesquisa de campo coletou histórias de vida de integrantes de EES apoiados pela ITCP-Unochapecó e entrevistas com educadores populares que atuaram junto a esses empreendimentos.

As histórias de vida são estratégias de compreensão da realidade que visam descrever experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações, possibilitando ao pesquisador olhar para o ponto de vista do sujeito e, assim, ter maior chance de compreender e entender suas sensações e percepções. Podem compreender: as histórias de vida completas, com as quais pode ser estudado todo o conjunto da experiência vivida pelos sujeitos; e as histórias de vida tópicas ou sumárias, que enfocam um determinado período, tema, momento ou etapa da experiência a que se propõe compreender (Cruz Neto, 2012).

A entrevista, por sua vez, é uma estratégia pela qual o pesquisador procura as informações contidas nas falas dos atores sociais que, enquanto sujeitos-objeto de pesquisa, vivenciaram uma dada situação em estudo. Segundo Zago (2003), a entrevista possibilita um processo de relação social que precisa ser cuidadosamente organizado e pensado para viabilizar um processo singular, com qualidade de elementos.

O *locus* da pesquisa foram dois EES, localizados na cidade de Chapecó, que foram apoiados pela ITCP-Unochapecó por, pelo menos, três anos (período básico de incubação), nos quais foram ouvidos dois sujeitos de cada empreendimento, totalizando quatro pessoas. O Empreendimento Econômico e Solidário A é uma cooperativa, aqui denominada, ficticiamente, de CooperA, que atua no ramo da construção civil. Composta majoritariamente por homens, constituiu-se como cooperativa no ano de 2005 e, no momento da pesquisa, continuava em atividade. O empreendimento contou com o apoio da ITCP no período compreendido entre os anos de 2005 e 2007. Já o Empreendimento

Econômico e Solidário B, ficticiamente denominado de CooperB, é uma cooperativa de confecção têxtil que atua no segmento de fabricação de uniformes. É composta, majoritariamente, por mulheres e, no momento da pesquisa, continuava em atividade. Contou com o apoio da ITCP no período compreendido entre os anos de 2006 e 2008.

A escolha dos participantes de cada empreendimento, nesta fase, levou em conta o tempo de participação no empreendimento, o grau de envolvimento (dedicação efetiva às atividades e/ou necessidades do empreendimento, exercício de liderança etc.) e a disponibilidade de participação na pesquisa. Foram, assim, analisadas as histórias de vida de quatro pessoas, sendo dois homens e duas mulheres, com idades entre 52 e 70 anos. Os dois homens são integrantes da CooperA. Já as duas mulheres são integrantes da CooperB. Os encontros para entrevista e gravação das histórias de vida aconteceram entre janeiro e fevereiro do ano de 2021, nos seus locais de trabalho, conforme escolha dos próprios entrevistados.

A escolha dos educadores populares, por sua vez, levou em conta o efetivo envolvimento com os empreendimentos em estudo. Esses educadores exerciam o cargo de Técnicos de Extensão na Incubadora. A denominação da função *técnico de extensão* é assim estabelecida pelas questões legais de contratação da Universidade.

A análise das materialidades empíricas foi realizada por meio da análise de conteúdo, na perspectiva proposta por Bardin (2002). Conforme Rocha e Deusdará (2005), o objetivo central da análise de conteúdo é captar os significados, percebendo o sentido do que foi proferido pelo locutor, quando verbaliza ou descreve o texto.

O artigo está organizado em cinco seções, sendo a primeira seção esta introdução. A segunda seção é dedicada à fundamentação teórica, incluindo um breve histórico dos conceitos de Economia Solidária e da Educação Popular. Na terceira seção são apresentadas e

discutidas as materialidades empíricas coletadas, à luz dos fundamentos teóricos. A quarta seção apresenta algumas considerações finais e, por fim, a quinta seção apresenta as principais referências bibliográficas mencionadas no estudo.

Economia solidária e educação popular: aproximações

Reconhecidamente, a Ecosol coloca-se como uma possibilidade esperançosa de superação do modo capitalista de produção (Singer, 2002). Ou, ao menos, como uma estratégia importante para o empoderamento das pessoas e grupos segregados no contexto da economia capitalista, possibilitando a retomada de sua dignidade e seu fortalecimento na luta pela construção de uma sociedade com maior equidade e justiça social.

Singer (2002) apresenta a Economia Solidária como um modo de organização econômica que se propôs a ser alternativa ao modo capitalista de produção, considerando que este tem sua lógica baseada na exploração do trabalhador, no individualismo e na competitividade. Na mesma perspectiva, Santos e Rodríguez (2002) incluem a Economia Solidária entre as teorias de desenvolvimento alternativo, ou seja, um conceito e uma prática de reação ao sistema capitalista.

Historicamente, a Ecosol surgiu como experiência para enfrentamento do processo de exploração provocado pelo avanço do modo capitalista de produção, após o processo de industrialização, principalmente a partir do século XIX. Nesse sentido, as primeiras experiências históricas registradas tiveram origem nas ideias do britânico Robert Owen³, o qual buscou criar um modelo de intervenção para a crise, na forma de aldeias cooperativas, em

suas próprias indústrias. Mais tarde, organizou uma colônia cooperativa em New Harmony, nos EUA, e, também, esteve à frente de um grande movimento sindical da época, no qual defendia o cooperativismo e seus princípios, como forma de enfrentar o capitalismo (Singer, 2003).

Owen propunha uma forma diferenciada de organização, baseada no cooperativismo e em relações mais justas de trabalho e, mesmo não obtendo a adesão significativa dos empresários da época, que consideravam a sua proposta nociva para as ideias de manutenção/expansão de lucros, a experiência rendeu resultados positivos ao longo dos anos, especialmente em países em que a crise econômica era mais aguda (Singer, 2002).

Os ideais da Economia Solidária ampliaram-se ao longo da história, especialmente em momentos de agravamento das condições sociais, provocado pelas crises cíclicas do capitalismo. Constituiu-se, assim, como uma estratégia de luta pela constituição de novas formas de relações sociais, a partir do estabelecimento de novas formas de se relacionar com a produção e com a comercialização, na perspectiva de *produzir para viver*, num outro modo que não seja o capitalista (Santos, 2002). A Ecosol, assim, se propõe a gerar vida, tanto para os indivíduos quanto para o meio ambiente, agindo de forma respeitosa em suas relações (Santos, 2002; Singer, 2002).

As economias dos setores populares e de desenvolvimento alternativo são o resultado de propostas que se ancoram nas “[...] críticas de fundo à estrita racionalidade econômica e às políticas de desenvolvimento dominantes” (Santos, 2002, p. 46). Estes arranjos da economia popular se apresentam como caminhos para uma produção e uma organização não capitalista. Esses arranjos surgem e se desenvolvem junto a setores marginalizados da sociedade. É pensada em uma perspectiva de *baixo para cima*, ou seja, refletida pelos sujeitos nos coletivos, ou comunidades organizadas. Acontecem em escala local e, na maioria das vezes, são de gestão solidária, de intercâmbio

3 Robert Owen foi um empresário da indústria têxtil que percebeu o agravamento econômico que o sistema industrial de produção estava causando à população e, com ideias voltadas para o socialismo, buscou formas de tornar o processo mais igualitário através do sistema de cooperação e associativismo (Singer, 2002).

não capitalista, de ações com princípios solidários e coletivos (Santos, 2002).

A Ecosol tem como alicerces a solidariedade, a cooperação, o respeito, a ajuda mútua, a valorização do saber, a busca do desenvolvimento coletivo e, conseqüentemente, a união em torno de objetivos comuns (Gadotti, 2009). Em sintonia com esses valores, os princípios do cooperativismo, que inspiram os EES, são aqueles criados nas organizações de cooperativas de tecelões, na Inglaterra, por volta de 1844, pelo modelo owenista.

Princípios universais do cooperativismo: 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da 'porta aberta'; 3º) sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as compras feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista. 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa. 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (Singer, 2002, p. 39-40, grifo nosso).

A partir desses princípios, a Ecosol se estrutura com base em dois pilares principais: a organização do trabalho e a educação dos seus integrantes. Tais pilares são bases para acessar as outras dimensões a serem construídas e desenvolvidas na Ecosol. Entre elas, podemos citar a autogestão, a organização coletiva e a cooperação, a autonomia, o protagonismo e a consciência crítica.

Nessa perspectiva, a Educação Popular se destaca como uma base importante para a formação em Economia Solidária, visto que, segundo Freire (1987), a educação do oprimido é um ato de resistência. A partir da práxis, que é a relação do saber e do fazer, os sujeitos se constroem como sujeitos. Os valores propostos pela Ecosol precisam ser compartilhados para possibilitar uma leitura crítica das relações de

produção vigentes, de modo a provocar o estranhamento em relação aos valores do sistema dominante. Assim, o objetivo das práticas formativas, nesse contexto, é viabilizar o processo de conscientização, bem como contribuir para que os princípios e os valores da Ecosol sejam compreendidos, vivenciados e desenvolvidos nas ações coletivas dos grupos.

De acordo com Freire (1982), a conscientização é um processo histórico que se desenvolve pela tomada de consciência, possibilitando ao homem sua emancipação e integração ao mundo real. Tem como fundamento o processo de ação-reflexão-ação dos indivíduos que lhes permite ressignificar e reconstruir o mundo dentro de uma relação dialética e dialógica.

Para Paulo Freire, a opressão só pode ser superada por intermédio da tomada de consciência. Porém, segundo ele, não basta apenas uma tomada de consciência ingênua da realidade. É necessária uma conscientização crítica, possível apenas por meio da práxis, isto é, de um processo de reflexão e ação das pessoas sobre sua realidade concreta de opressão. A conscientização representa, exatamente, a passagem dos sujeitos, de uma consciência ingênua para uma consciência crítica da realidade. Ou seja, a consciência crítica é “[...] a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais” (Freire, 1982, p. 138). Já na consciência ingênua, ao contrário, o sujeito se julga independente dos fatos e das circunstâncias e livre para entendê-los e dominá-los conforme melhor lhe agrada. Ainda afirma Freire (1982) que a educação é o principal instrumento para a conscientização e ela possibilita que os homens assumam sua condição de seres políticos, em condições de intervir na realidade e transformá-la, reconhecendo-se como protagonistas de suas próprias vidas, como sujeitos históricos que são.

Conforme Freire (1987), o processo educativo possibilita às pessoas uma reflexão sobre si mesmas, sobre seu tempo, sobre sua situação no mundo e também sobre suas res-

ponsabilidades. O processo educativo não deve ser feito para as pessoas, mas sim construído com as próprias pessoas, de forma que possam participar ativamente. Ou seja, a conscientização, como processo educativo, é um meio de organização política dos oprimidos, sendo um importante instrumento de luta para a superação da realidade opressora.

Para viabilizar a autogestão dos empreendimentos e viabilizar a proposta de uma outra economia, é necessário mudar de uma lógica essencialmente capitalista para uma lógica de emancipação, com vistas na busca de autonomia. Partindo dessa perspectiva teórica, que almeja o desenvolvimento e o empoderamento dos sujeitos, percebe-se que a Educação Popular e a Economia Solidária se colocam como trilhas de um mesmo caminho, compartilhando princípios de leitura da realidade, bem como horizontes semelhantes no que se refere às possibilidades de desenvolvimento econômico, social e humano.

A consciência crítica, que possibilita conhecer a realidade, conhecer-se e, assim, emancipar-se, pode ser alcançada por meio de uma educação organizada a partir dos princípios metodológicos que caracterizam a Educação Popular (Freire, 1982, 1987, 1996; Gadotti, 2009).

Na Economia Solidária, porém, somente as atividades formativas, como oficinas, cursos e palestras, não são suficientes para a formação dos sujeitos nessa perspectiva emancipatória. Ao contrário, o processo de formação envolve, além dessas atividades, também os aspectos da prática da Ecosol, como a organização, o trabalho coletivo, a autogestão e a participação efetiva e periódica do empreendimento em diversos atos de solidariedade e cooperação, realizados dentro e fora do empreendimento. É o somatório de todas essas experiências que culmina com a construção da autonomia e de toda a base educativa necessária à construção de uma nova realidade econômica, social, política e cultural.

A construção de um projeto de educação para a Economia Solidária no Brasil se esta-

beleceu entre as pautas de organização do movimento, desde que a Economia Solidária começou a dar seus primeiros passos na organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, durante o Fórum Social Mundial. Em 2006 e 2007, realizaram-se as oficinas nacionais de formação/educação em Economia Solidária, que buscavam construir referenciais para a organização de uma educação para as trabalhadoras e os trabalhadores da Economia Solidária (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 61). Esse processo foi, aos poucos, sendo acolhido e fortalecido pelo próprio Ministério do Trabalho, como se pode observar na citação a seguir:

A educação em Economia Solidária é definida como uma ‘construção social’, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. [...] Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. [...] Esses processos são concebidos como práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas sobre a (e a partir da) realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária. *Entendendo práxis como a interrelação entre teoria(s) e prática(s) a partir da observação sobre a realidade, num constante movimento de reflexão e avaliação, resultando em novas ideias e ações* (Brasil, 2012, p. 2-3, grifo nosso).

Alinhada a essa perspectiva, a Educação Popular “[...] tornou-se, assim, desde seu início, uma educação orientada para um projeto de ruptura. Trata-se de reconhecer e consolidar os processos de educação vividos a partir do trabalho na economia solidária” (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 67).

Contribuem para isso vários atores que compõem o movimento da Economia Solidária e que conseguem, através da articulação e do envolvimento, fortalecer os processos de efetivação dos Empreendimentos. Todos os autores que escrevem sobre a Ecosol relacionam as entidades como as organizações que dão vida ao

sistema da Ecosol. Dentre eles constam apoiadores, investidores, parceiros e os próprios empreendimentos, que também são considerados entidades (França Filho; Cunha, 2009; Gadotti, 2009; Gaiger, 2009; Singer, 2002).

As incubadoras nascem, também, nesse contexto de globalização econômica e reestruturação produtiva da década de 1990. Dentro das universidades, partiam de um princípio de que uma universidade pode e deve se propor à execução de projetos com a comunidade, como forma de desenvolver seus preceitos de extensão universitária. O desenvolvimento de ações práticas, no caso as ações de incubação, são realizadas em interação com a população que necessita e se interessa pelo tipo de organização para o trabalho (Guimarães, 2000).

Seguindo as diretrizes para as atividades de educação em Economia Solidária, as incubadoras estão incluídas nas estruturas das universidades e compõem os instrumentos e competências das políticas de educação em Economia Solidária, junto às Instituições de ensino médio e superior.

A ITCP-Unochapecó foi um programa permanente de extensão universitária que prestou assessoria e atuou durante 16 anos com grupos populares. Durante seus anos de atuação, foram diversos os empreendimentos atendidos e realizadas prestações de serviços às entidades, prefeituras e poder público (Puton *et al.*, 2018).

Na ITCP, assim como na maioria das incubadoras do Brasil, o procedimento metodológico da incubação foi organizado a partir de quatro fases: pré-incubação, incubação, encerramento e pós-incubação (Puton *et al.*, 2018).

A incubação é sempre – basicamente – um processo pedagógico de trocas intensas entre os grupos e as equipes de incubação, marcadas por um compartilhamento de projetos, de problemas e de trabalho na busca de soluções. Ações de ensino-aprendizagem e de pesquisa participante estão presentes sempre, bem como a busca de soluções tecnológicas (nem sempre encontradas) que priorizam a preservação ambiental e a relação solidária dos trabalhadores. Neste sentido, oficinas e cursos oferecidos aos

grupos e pautados em pedagogias participativas também são algo comum a todas as incubadoras (Vechia *et al.*, 2011, p. 11).

É importante destacar que o processo de incubação acima descrito, desenvolvido pela ITCP, parte do que é proposto nas orientações para as incubadoras sociais e populares que são organizadas em rede⁴, proposta esta que contempla a formação com base nos princípios da Educação Popular.

A formação dos grupos de Ecosol na região fez parte das estratégias de fortalecimento e apropriação dos elementos necessários para compreensão e vivências do processo de Ecosol. Nessas iniciativas, a Universidade, por meio da Incubadora, buscou atuar como elo, desenvolvendo formação com os grupos em situação de vulnerabilidade ou que manifestaram interesse na proposta. Isso para que tais grupos se aproximassem de informações, conhecimentos relevantes, para fortalecimento econômico/social, emancipação e autonomia.

Esse foi o papel da ITCP-Unochapecó que, desde o ano de 2003, teve entre seus objetivos o fortalecimento do movimento da Ecosol, por meio da capacitação, da formação e da organização dos grupos (associações, cooperativas, grupos de agricultura familiar etc.), chamados de EES (Puton *et al.*, 2018).

Sujeitos na formação: uma análise do caso dos EES assessorados pela ITCP- Unochapecó

A análise das materialidades empíricas, levantadas a partir das histórias de vida e das entrevistas com os educadores populares, possibilitou identificar e discutir elementos importantes para responder ao objetivo do presente estudo, qual seja, compreender a importância da Educação Popular na consolidação dos EES

4 A Rede de ITCPs é uma entidade formada desde 2003 e que congrega a maioria das incubadoras populares e universitárias no Brasil.

assessorados pela ITCP-Unochapecó, na cidade de Chapecó, no início dos anos 2000.

Em primeiro lugar, ficou evidenciado que o próprio surgimento dos dois empreendimentos em estudo ocorreu a partir de atividades de formação e articulação das pessoas, promovidas pelas entidades de apoio, principalmente a Igreja Católica, sindicatos e o próprio Fórum de Economia Solidária. Essas articulações e formações, segundo os entrevistados, foram essenciais para os primeiros passos da organização dos empreendimentos. Os Fóruns de Economia Solidária eram espaços de reunião e organização da Ecosol e foram constantemente citados, tanto pelos entrevistados dos empreendimentos quanto pelos educadores populares. Em Chapecó, a entidade responsável pela ação de fundação legal/jurídica do fórum foi a ITCP-Unochapecó, que, com os grupos de Ecosol já existentes, legalizaram o Fórum Regional de Economia Solidária no ano de 2005.

A Igreja Católica, via Caritas e outros processos de organização, e a ITCP foram as pioneiras na organização de grupos e de empreendimentos. Receberam os primeiros recursos para as formações em Chapecó e na região e, por isso, elas são frequentemente lembradas pelos entrevistados. Assim, também, são frequentes as lembranças de outros espaços de luta e articulação, os quais compõem o universo de relações desses sujeitos. É o caso, por exemplo, do Movimento Sem Terra (MST), que é citado por E1 e E3, os quais têm histórico de participação e militância com a causa das lutas da reforma agrária e o tema do cooperativismo.

A própria aproximação das pessoas com a Ecosol ocorreu a partir dessas iniciativas e, a partir de então, colocou-se como um horizonte alternativo ao desenvolvimento capitalista e como possibilidade de uma forma diferenciada de organização, com objetivo de superar as dificuldades econômicas, sociais e políticas dos grupos populares. Assim, mesmo sem dispor de um conhecimento prévio sobre a Ecosol, esta apresenta-se como uma alternativa interessante para esses sujeitos.

E nós nunca, *nesse período, a gente nunca ouviu falar em Economia Solidária*. Sabia que existia debates por aí, mas era assim, muito vagamente. E daí lá na Comunidade do Futuro começou assim, porque era a ideia de cooperativismo. Começou a vir principalmente, a partir de... eu não me lembro bem certo o ano, acho que foi no ano de 2000 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, que começou. Que começamos a entender essa ideia de Economia Solidária, do que que seria e como que a gente poderia se organizar (E1, 2021, grifo nosso).

Vários integrantes tomaram conhecimento sobre a ideia da Ecosol por meio dos próprios colegas, das lideranças dos empreendimentos, que já frequentavam os espaços de formação e articulação. Esse é o caso do E2, que foi convidado a participar das reuniões em que seus colegas já estavam envolvidos no bairro e que tratavam das possibilidades do trabalho coletivo, como as cooperativas sociais, no sistema de Ecosol. Este também é o caso da E4, que foi convidada para fazer parte do empreendimento e conhecer a proposta.

A formação e a metodologia

Considerando o trabalho das entidades de apoio e, especialmente, o trabalho da ITCP na trajetória dos empreendimentos e dos sujeitos em estudo, é importante destacar que, num empreendimento de Ecosol, os sujeitos são distintos e possuem formações diferenciadas. Uns como E1 e E3, que já possuíam vasta experiência de vida, o que incluía estudo em nível superior, grande experiência de trabalho, atuando, inclusive, em processos de formação de outros espaços profissionais em suas áreas. E outros como E2 e E4, que representam talvez a realidade da maioria dos sujeitos integrantes de EES, apresentando baixa escolaridade e vindos de experiências de trabalho e de vida com diversas limitações e privações. Este cenário heterogêneo dos empreendimentos é citado pelos educadores populares como algo desafiador: “Grupos com lideranças formadas e outros com pessoas e sujeitos que nunca tinham ouvido falar da Ecosol” (EP1, 2021).

Nesse sentido, a formação em Ecosol, realizada pela incubadora com esses empreendimentos, segundo os depoimentos dos educadores populares, é parte de um processo pensado e planejado dentro de uma lógica da Educação Popular: “Uma construção conjunta. Tinha objetivos delineados e interação” (EP1, 2021). A partir da metodologia, a atuação era planejada e baseada nas necessidades do empreendimento, como a afirma EP2: a “[...] formação era prática e teórica, a partir das necessidades dos empreendimentos e a atuação era interdisciplinar e multiprofissional” (EP2, 2021).

Ou seja, as atividades realizadas com os empreendimentos eram pautadas na Educação Popular. O depoimento a seguir esclarece como o processo era conduzido no âmbito da ITCP:

A atuação com os grupos, por exemplo, não era rígida. Respeitava flexibilidade de acordo com a realidade de cada empreendimento [...]. Nossa atividade foi sempre muito dialógica para equipe, porque passava sempre por avaliação [...]. Considerava o retorno do grupo [...]. Era uma construção conjunta, com trocas e valorização do senso comum (EP1, 2021).

Na mesma perspectiva, o EP2 afirma que as atividades buscavam articular a teoria e a prática, pautadas na experimentação. Respeitavam o tempo do empreendimento e dos sujeitos, bem como sempre houve o debate sobre as temáticas a serem estudadas, definidas em diálogos e conversas com os associados.

Mesmo que, nos empreendimentos, houvesse pessoas com saberes e bagagens formativas diversas, a formação específica em Ecosol e nos temas fundantes para a condução de um empreendimento de Ecosol precisava ser desenvolvida com cada um dos grupos. Além da parte teórica, fundamentalmente, a parte prática precisou ser exercitada e, como propõe a Educação Popular, ela aparece nos relatos dos educadores como uma tarefa exatamente de *práxis*. “Eu lembro de vários processos formativos, ao longo da trajetória. Mas esse processo de aproximação, se deu muito mais interno, já

vivenciando a realidade dos Empreendimentos” (EP1, 2021).

Esses elementos parecem evidenciar que, efetivamente, os processos de formação desenvolvidos junto com os empreendimentos em estudo eram guiados pelos princípios e práticas típicos da Educação Popular.

Avanços, limitações e desafios

Os sujeitos, na visão do materialismo histórico, se constroem na interação com seu trabalho, seu modo de vida e suas experiências. Na perspectiva da Educação Popular, segundo uma entrevistada, sócia do empreendimento, também é possível verificar que, embora a temática da Ecosol tenha surgido como nova proposta, ela se articula e se fundamenta em temas e princípios já presentes em outros espaços e em outras práticas, com as quais compartilha princípios de vida e de organização social:

Então, a gente teve o acompanhamento dos miniprojetos, a gente tinha os encontros anuais dos projetos de toda a região, que eram financiados pelos Miniprojetos. [...] eu acho que um pouco da minha trajetória tem inspiração também no MST, o movimento sem-terra. Por conhecer, por conviver, por trabalhar com formação de professores em assentamentos. Então, eu fui construindo essa ideia, digamos assim, da partilha, porque a igreja trabalhava muito a questão da partilha, né? Então, a gente foi construindo essa ideia de partilhar os bens, os processos de coletivo e não individual, né? Eu acho que ali começou, e quando nós – antes de nos transformar em cooperativa – nós já tivemos a ITCP nos ajudando a construir o nosso primeiro estatuto. Então, quem nos ajudou a construir o primeiro estatuto foi a ITCP. Então, aqui nós já tivemos a ITCP, nós organizamos um grupo de pessoas entre a prefeitura e ITCP e MST, em curso de formação para mulheres do Bairro. Para transformar em cooperativa, para que elas entendessem o que seria a cooperativa (E3, 2021).

Outro entrevistado, contudo, não possuía conhecimento anterior sobre Ecosol e não relata a participação em espaços em que princípios da Ecosol fossem compartilhados, não revelando o domínio prévio de temas fundantes. Porém, da

mesma forma que os demais sócios entrevistados, lembra que tiveram cursos de introdução sobre Ecosol com a ITCP-Unochapecó, os quais auxiliaram na compreensão da proposta. Como pode se verificar a seguir:

Foi a ITCP, inclusive, que deu o curso para nós. Agora não lembro quantas horas, mas foi em vários dias, que a gente fez o curso, né? Todos participaram dessa formação. E foi muito bom para entender o que é uma cooperativa, o que é uma Economia Solidária, cooperação, com a participação de todas, né? (E4, 2021).

A Incubadora desempenhou, então, esse papel de formação junto aos grupos por ela incubados, nas diversas temáticas e práticas de organização de um empreendimento econômico solidário. Analisando os registros existentes na própria ITCP, bem como as menções feitas pelos sujeitos da pesquisa, dentre as temáticas dos cursos realizados, constam cursos e outras atividades formativas sobre Economia Solidária, autogestão, cooperativismo, liderança, relações interpessoais, fluxo de caixa, processos organizativos etc. Os conteúdos, segundo as educadoras populares, eram definidos no coletivo da equipe de incubação e, posteriormente, em diálogo com os empreendimentos, e as formações eram realizadas de acordo com a necessidades dos empreendimentos, já que os cenários eram de realidades distintas.

Mas, para além das formações com um conteúdo específico, o que caracteriza os processos de formação para a Ecosol, na perspectiva da Educação Popular, são as outras dinâmicas presentes. As formações não eram planejadas somente considerando uma temática e sua parte histórica, teórica ou metodológica. As formações eram adaptadas e pensadas para o público em questão, em diálogo com os próprios sujeitos da formação. “E aí, era muito vivencial, porque, assim, não era só o tempo da formação e daí acabava” (EP1, 2021). Ao contrário, especialmente na parte prática, que consistia na aplicação com os grupos, buscava-se envolver atividades práticas de realização de determinadas ações.

Um exemplo, nesse sentido, foi a própria construção do estatuto do empreendimento, do regimento ou das reuniões e assembleias que foram mencionadas por todos os entrevistados. Estas ações continham os momentos de diálogo, de trocas de experiências, de decisões, de estudo e de encaminhamentos, ou seja, atividades práticas relacionadas com a teoria. “Foi um instrumento, né?... essencial para nós! Mas depois, depois de nós já estar trabalhando e tal, nós tivemos várias formações na Unochapecó” (E2, 2021).

Essas formações, inicialmente, eram acompanhadas diretamente pelos educadores e equipe da incubadora. Posteriormente, o próprio grupo assumia a condução, vislumbrando o processo de autonomia do grupo. Esse processo variava de acordo com a evolução (autonomia, proatividade, interesse, formação) dos sujeitos do empreendimento. A própria noção do tempo de incubação era variável, não sendo estabelecido rigidamente. Observamos, inclusive, uma certa dificuldade em cronometrar, com precisão, as fases de incubação dos empreendimentos, já que as memórias não são precisas em termos de datas e, por isso, quase não são mencionadas pelos entrevistados. Por outro lado, a própria metodologia empregada pela ITCP, pelo que se pôde resgatar, não era rigorosa em termos de tempo de permanência no processo de incubação. As fases de pré-incubação, incubação e pós-incubação aconteciam de acordo com as necessidades e possibilidades de atendimento das equipes. Conforme uma entrevistada, a incubação com a ITCP durou “[...] uns cinco, seis, sete anos, mais ou menos [...], depois chegou um momento em que ela disse: ‘oh, já podem caminhar com as próprias pernas e nós podemos ajudar outros grupos’. Mas foi muito bom!” (E4, 2021).

As vivências e as práticas propostas na metodologia de Educação Popular são citadas, com frequência, nas falas dos entrevistados, quando relatam suas lembranças do processo de formação que receberam, sua organização, a disposição em que aconteciam as reuniões,

as capacitações, as rodas de conversa e as assembleias. Prevalencia o respeito ao coletivo e o diálogo, com a ocorrência de muitas trocas. Os entrevistados (tanto os sócios quanto os educadores) manifestaram a percepção de que a formação/educação foi essencial tanto para a gestão do empreendimento em si quanto para uma mudança cultural, pessoal e coletiva, para o processo de conscientização sobre a realidade, que lhes possibilitou experimentar novas formas de intervenção sobre essa realidade.

Destacamos, nesse sentido, pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, o empoderamento das mulheres, pela possibilidade de reconstrução do lugar e do valor dessas na sociedade. “Eu vi mulheres que saíram de dentro de suas casas e passaram a ter uma relação de autonomia com o mercado, finanças, etc. [...] deixar de ser segregada, desabrochar para novas possibilidades, permitiu a elas se sentirem capazes e potentes” (E3, 2021).

Em segundo lugar, merecem destaque as novas possibilidades de participação e de intervenção no espaço público, conquistadas por essas pessoas, a partir do processo de conscientização, possibilitado tanto pelas atividades de formação quanto a partir das vivências no contexto do empreendimento. O depoimento a seguir parece resumir bem esse sentimento de conquista de novas possibilidades: “A Economia Solidária me deu uma aprendizagem, assim, tão boa, tão grande de algumas coisas, que se eu tivesse continuado na pedagogia... tem um monte de coisa que eu não teria aprendido, que eu não teria compreensão” (E3, 2021).

Ou seja, sob o enfoque da formação cidadã, a participação nos empreendimentos foi, segundo depoimentos coletados, mais importante e esclarecedora do que a frequência em cursos universitários.

São perceptíveis, ainda, a disposição e o hábito de estar presente no seu entorno e na comunidade, contribuindo para o crescimento, para a evolução de si, de seus pares ou de sua categoria. Ou seja, formar-se e formar outros

ao seu redor, replicar o que aprendeu, levar seus conhecimentos já elaborados aos seus pares e, também, dessa forma, enriquecer seus próprios conceitos, é uma das formas de promover protagonismo, de pensar a partir de suas próprias análises e, portanto, de fortalecimento dos sujeitos, de possibilidade de autoconhecimento.

A formação em Ecosol aparece como resultado das capacitações recebidas por meio da Incubadora e por intermédio dos demais atores sociais e entidades que interagiram e interagem com o empreendimento. É resultado, também, das relações de vivências práticas e com o desenvolvimento do empreendimento, deixando evidente que todos os processos vividos constituem a formação destes sujeitos e afirmando que a Ecosol se desenvolve, sim, por meio das técnicas e métodos propostos na Educação Popular, especialmente a prática. “Não adianta só a teoria sobre os empreendimentos solidários, é preciso vivenciar” (E1, 2021). Os sujeitos que participaram do presente estudo conseguem compreender e visualizar a importância da formação para a Ecosol, mas não somente ela, o que indica que as demais vivências formativas são instrumentos para ascensão ou, como diria Freire (1996), são para ler o mundo!

Fragilidades: resistências à formação e dificuldade de envolvimento

Contudo, esse processo não ocorreu sem dificuldades e contradições. Como foi observado, a prática da formação continuada dos associados faz parte da realidade do empreendimento A, atualmente, onde E2 e E1 são sócios. Já as entrevistadas do Empreendimento B, onde E3 e E4 são sócias, mesmo ambas relatando que percebem como importante o processo de formação constante, afirmam que, praticamente, não têm mais conseguido realizar as formações, por diversos motivos, como o tempo que precisa ser dedicado e a impossibilidade de parar a produção, a qual é chave para a sustentação do empreendimento. Essa realidade do empreendimento B poderá, inclusive, vir a preju-

dicar seu desenvolvimento futuro, enquanto empreendimento de Economia Solidária.

Assim, o processo formativo, embora relatado, de forma geral, como ponto importante para evolução dos empreendimentos, também apresenta diversas nuances de contraponto, quando se questionam as dificuldades presentes na formação. Sendo assim, da mesma forma como os entrevistados apontam os pontos positivos, também surgem os pontos de *fragilidade*. Nesse momento, em especial, em que os empreendimentos já estão constituídos e em funcionamento, a percepção da importância da articulação das pessoas e a consolidação dos princípios inerentes à Economia Solidária podem restar mais fragilizadas, seja pelos novos integrantes que se unem aos empreendimentos e, até mesmo, pelos integrantes que já participam desde longa data.

E2 (2021) menciona, por diversas vezes durante sua fala, a *resistência* e a não *aceitação* ou não *interesse* nas atividades de *formação* por parte de muitos associados. Uma evidência, nesse sentido, é que: “Na cooperativa, é preciso remunerar as formações para que todos participem” (E1, 2021). Nesse caso, a estratégia dos dirigentes do grupo, os quais entendem a importância da formação, foi remunerar, isto é, tornar o tempo dedicado à formação como hora trabalhada, para viabilizar que alguns sócios participassem, mas, principalmente, para que fossem percebendo a importância da formação, ou seja, articulando educação e trabalho. Da mesma forma, todos os demais entrevistados dos empreendimentos e os próprios educadores trazem essa situação como um desafio, porque “muitos não aceitavam as propostas” (EP1, 2021).

Assim, diferentes motivos para *resistência à formação* são relatados pelos associados, como justifica uma entrevistada quando fala sobre um tipo de motivo usado pelo público que compõe as sócias do empreendimento, no caso das mulheres:

Então assim, porque que eu tenho que parar do meu trabalho para fazer um processo de

formação? E por que então não vem uma hora no sábado? Ainda, como é coisa de mulher, as mulheres ainda são donas de casa. Então, ela tem que ficar em casa para lavar roupa, para limpar a casa, para não sei o quê... no sábado. Então, você não consegue. Aí você tira um momento que é da produção, para fazer formação, é bem complicado (E3, 2021).

Ou seja, torna-se muito difícil fazer frente a um sistema de organização, que é da própria sociedade e, mais ainda, que é da realidade das mulheres de baixa renda: a sobrecarga de trabalho e as múltiplas funções que exercem. Quanto a essa proposta de formação sugerida pelos processos da Ecosol, ela interfere nessas rotinas e práticas tão enraizadas, no lugar da mulher, nas funções femininas, definidas pela condição cultural, social ou política. É uma educação/formação que desafia todos os sentidos.

Até porque, como diz E1 (2021): “Nossa educação básica e social não foi e não está pensada para conscientização, para cooperar”. A EP2 também relembra que, assim como “[...] nós educadoras, os sujeitos dos empreendimentos também vêm de uma educação fragmentada” (EP2, 2021).

Outras *dificuldades* enfrentadas quanto ao desenvolvimento de atividades de *formação* no empreendimento ainda são relatadas pelos associados E1 e E2, como a própria dificuldade de alfabetização das pessoas, pois “[...] tem aqueles que não sabem ler, é muito difícil ler uma circular por exemplo, precisa ir lá e explicar” (E2, 2021). Lembremos que o público da Ecosol, justamente, tem dificuldades diversas, sejam elas financeiras, sejam elas de acesso à educação, o que repercute na compreensão dos meandros que compõem a organização legal/jurídica do trabalho. Muitos dos participantes são oriundos de espaços e situações de vida fragilizadas, marginalizadas, com pouco ou nenhum acesso à educação, como o acesso básico à alfabetização.

No caso do empreendimento B, a questão da importância dos processos de formação parece menos presente entre os participantes. E3, por exemplo, menciona que nem todas as

associadas, no caso do grupo de mulheres, têm interesse na formação, porque “não agrega valor financeiro”. E essa é uma premissa comum no sistema de uma *educação para o trabalho e para o capital*. Já a Ecosol se desenvolve numa perspectiva de que nem todo o valor das coisas é monetário. Porém, numa mentalidade voltada para o capital, o valor de praticamente tudo se mede pelo que gera ou rende dinheiro. Assim, na perspectiva de uma educação *bancária* (Freire, 1987) ou, até mesmo, sob a ótica de uma formação voltada somente para trabalhos mecânicos ou técnicos, as formações com as abordagens críticas tendem a ser desafiadoras, como fala nossa educadora: “[...] a gente problematizar, questionar, é assim... desconfortável, às vezes, o nosso discurso da Economia Solidária” (EP 1, 2021).

Mesmo no empreendimento A, em que essa questão mereceu mais ênfase por parte das lideranças, essa dificuldade de valorização da formação pode estar presente em muitos participantes, como se pode perceber no depoimento de E2:

Tem essa dificuldade também, hoje... ainda é. Tem que ser, nós temos que obrigar, uma parte a fazer formação. Eles preferem não fazer, não querem saber muito! Às vezes, eu sinto que ficar ignorante, não saber, faz com que... o trabalhador também ele tem uma desculpa para não fazer as coisas certas. ‘Então é melhor eu não saber!’ ‘É melhor, porque se eu não fizer’... se fizer uma coisa errada e foi debatido sobre aquilo, foi falado, aí ele fica sem argumento! (E2, 2021).

A *resistência à formação*, numa proposta crítica, pode, inclusive, mostrar-nos o quanto a *alienação* nos aprisiona, em estados de submissão, de acomodação, já que mudar de opinião incide em conhecer, entender, experimentar, testar, esforçar-se, romper com determinadas concepções já formadas, o que exige movimentar nossas energias cognitivas. E isso pode representar, de fato, uma exigência grande considerando o perfil do público da Ecosol.

Ocorre que abandonar o processo de formação interno no empreendimento representa um risco bem elevado para a continuidade

das experiências na perspectiva da Economia Solidária, pois tende a gerar um afastamento ainda maior dos sócios em relação aos princípios que a orientam. Sem estudar, discutir e dialogar, frequentemente, sobre essa proposta, abre-se caminho para o pensar e o fazer mais tecnicistas e mecânicos do processo produtivo.

Nossa base educacional é positivista, tecnicista e, muitas vezes, opressora. Nossa economia capitalista depende, basicamente, de sujeitos capacitados para execução de/para atividades técnicas. O intelecto, para além da *expertise* básica, não interessa ao capital. Ao contrário, pode ser até considerado um complicador. Como diz Freire (1987), a liberdade de um ser pensante é o que amedronta o opressor. Por que, então, se apostaria em uma educação crítica e libertadora? Construir outra proposta, que depende de outra visão de economia, de política, de sociedade e de pensamento, não é tarefa simples, muito menos fácil. Libertar-se é um processo doloroso (Freire, 1987).

Corroborando essas colocações, a EP1 afirma que

[...] nós educadores viemos da mesma realidade dos empreendimentos, uma realidade baseada e organizada em torno dos princípios do capitalismo. Mudar nosso pensamento e o de outras pessoas nem sempre é um caminho tranquilo [...] ao falar de Economia Solidária a gente não está falando de uma relação harmônica com a equipe, a gente não tá falando de relações recíprocas com os empreendimentos. Estamos falando de mudanças diversas em diversos sentidos o que, por vezes, pode provocar desconfortos e conflitos (EP1, 2021).

Ou seja, educar para a emancipação, desenvolver o processo de formação de uma consciência crítica, tende a ser um caminho árduo e difícil, repleto de percalços. Mesmo que parte das pessoas adiram com entusiasmo aos novos princípios, há também os que resistem, por convicção ou por acomodação. Novamente retomamos Freire (1987), que cita a educação para a libertação como um trabalho árduo e trabalhoso, com necessidade de coragem.

Considerações finais

Analisando as materialidades empíricas levantadas para buscar compreender a importância da Educação Popular na consolidação de EES assessorados pela ITCP-Unochapecó, na cidade de Chapecó, no início dos anos 2000, pudemos observar que, efetivamente, a Ecosol e a Educação popular apresentam um alinhamento significativo em seus horizontes políticos e sociais, estando comprometidas com o processo de conscientização, empoderamento e emancipação dos oprimidos.

As práticas educativas mobilizadas pelas entidades de assessoria, na perspectiva da Educação Popular, foram fundamentais para o surgimento e a viabilização dos EES em estudo. Foi por meio de práticas educativas, organizadas na ótica da Educação Popular, que uma parte significativa dos seus participantes mantiveram os primeiros contatos com a Economia Solidária e seus princípios. A existência desses empreendimentos, por sua vez, promoveu significativos avanços nas condições e vida desses sujeitos, tanto em termos econômicos e sociais quanto em termos de sua condição humana e cidadã, no sentido da capacidade de compreender as relações sociais de que tomam parte e também de sua participação política na sociedade.

Contudo, esses processos educativos, assim como os processos organizativos, não ocorrem sem contradições, desafios e dificuldades. Estas vão desde as dificuldades de participação, dadas as condições de vida e de trabalho, até a própria resistência de muitos membros em participar de atividades formativas, por considerá-las desnecessárias ou inconvenientes, visto que comprometem algum tempo que poderia ser dedicado à produção ou mesmo à realização das atividades domésticas. Essas dificuldades vêm se revelando significativas nesse momento em que os empreendimentos se encontram estruturados e em pleno funcionamento, superadas as dificuldades iniciais.

As dificuldades no avanço dos processos formativos, para o desenvolvimento de convicções mais robustas em torno dos princípios da Economia Solidária, podem ser um dos fatores de fragilização das experiências que, diante das dificuldades econômicas, podem não encontrar razões suficientes para a continuidade das atividades em grupo, em EES. No caso dos dois empreendimentos em pesquisa, estes ainda continuam ativos e conseguem se desenvolver economicamente de forma viável. Porém, a realidade de outros empreendimentos de Ecosol pode não ser essa e mesmo não há garantias de que continuará a sê-lo para os próprios empreendimentos em estudo. Sem a existência de sólidas convicções em torno dos princípios da Ecosol, poderão faltar argumentos para a manutenção de práticas econômicas, políticas e sociais que apontem para uma perspectiva emancipatória.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa: Impressão, 2002.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Recomendação Termo de Referência, n.º 08, de 04 de julho de 2012**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; SENAES; CONAES, 2012. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%208%20WEB.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 51-66.
- FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de Redes de Economia Solidária: reflexões sobre a metodologia e a prática. *In*: Encontro da Anpad, 23, 2009. **Anais...** São Paulo, set. 2009. Disponível em: <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3479_pt.html>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e

Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. Alfabetizar e politizar: Angicos, 50 anos depois. In: GADOTTI, M. **Alfabetizar e conscientizar**: Paulo Freire, 50 anos de Angicos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014. p. 291-327.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Livraria e Editora Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 81-99, mar. 2009. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.401>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/401>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 111-122.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PUTON, A. M. P.; ARNS, C. E.; NOVAKOWSKI, G. A. B.; GIRELLI, S. A incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 13 anos de história (2003-2015). **+E: Revista de Extensão Universitaria**, Santa Fé, v. 8, n. 8, p. 98-109, jan./jun., 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/6829417.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

Rocha, D.; Deusdará, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/>

[PQWYmTntpVgYYZdrbdnQbBf/?lang=pt](https://doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010). Acesso em: 01 jul. 2024.

SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver**: caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 83-128.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-124.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-31.

VECHIA, R. D.; TILLMANN, R.; NUNES, T.; CRUZ, A. A Rede de Itcps – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 115-144, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/107>>. Acesso em: 10 set. 2020.

VILAÇA, M.; DUBEUX, A. A pedagogia da autogestão na experiência do CFES-NE. In: MEDEIROS, A. *et al.* (Org.). **Economia solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no Nordeste. Olinda: MXM, 2018. p. 60-98.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, R. A. T. (Org.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-307.

Recebido em: 10/06/2024

Aprovado em: 17/08/2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.